

A SURPREENDENTE GREVE DE 118 DIAS E A DERROTA DOS NOVOS MANDARINS

Pedro Estevam da Rocha Pomar
Editor da Revista Adusp

Daniel Garcia



Ato público na região central de São Paulo, durante reunião com o Cruesp

O movimento grevista de 2014 reforçou a sensação de que a oligarquia que gere a Universidade de São Paulo consegue reciclar-se, a cada gestão, em sentido regressivo, tornando pior o que já era péssimo. Quando candidato a reitor, M.A. Zago fez campanha eleitoral ancorada em promessas de diálogo; identicamente ao antecessor, não as cumpriu. A tentativa de arrocho salarial, ameaças ao RDIDP, corte de ponto e o descarte dos hospitais universitários fazem antever duros embates com o mandarinato Zago-Vahan

Não há como evitar a sensação de que a oligarquia que gere a USP consegue reciclar-se, a cada gestão, de modo *sui generis*, pois resulta que torna-se cada vez pior o que já era péssimo. Encerrada a vitoriosa greve de funcionários e docentes contra o arrocho salarial, e terminado o primeiro ano de seu mandato, o reitor Marco Antonio Zago e seu vice Vahan Agopyan retomaram, em 2015, seus planos de aceleração e radicalização do projeto de “Universidade Operacional”, que consistem em dismantlar o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), enxugar o quadro de funcionários técnico-administrativos via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), hostilizar e descartar os hospitais universitários, bem como tomar outras medidas “modernizadoras” que julguem necessárias.

Tal como seu antecessor, M.A. Zago fez sua campanha eleitoral para reitor deslanchar por meio de um discurso que surfava na onda do diálogo. Ao assumir o poder reitoral, contudo, logo se esqueceu de suas apaixonadas promessas, tal e qual J.G. Rodas. No decorrer da greve, as lideranças sindicais buscaram obstinadamente a interlocução com a Reitoria e a abertura de negociações, mas depararam-se com mandarins aos quais o anunciado diálogo incomodava, quando não os aborrecia e irritava. Ao mesmo tempo, a administração não conseguia dar resposta às demandas não relacionadas à greve, dando a impressão de que o “transatlântico USP” (metáfora cunhada pelo

reitor: <http://goo.gl/m2FKXQ>) fora deixado à deriva.

A greve iniciada em 27 de maio de 2014 tornou-se a mais longa da história da USP. Foram 118 dias de paralisação, provocada pela determinação da Reitoria de, em plena negociação da data-base, congelar os salários de docentes e de funcionários, com base na existência de uma suposta “crise financeira da USP” nunca claramente explicada. O discurso reitoral, que atribui a paternidade da crise a J.G. Rodas, esbarra no fato ineludível de que tanto M.A. Zago quanto V. Agopyan foram pró-reitores e portanto destacados protagonistas da gestão acusada de desmandos financeiros. O então pró-reitor de Pesquisa, diga-se, foi pródigo na distribuição de verbas aos Núcleos de Apoio à Pesquisa (NAPs). *De te fabula narratur...* E não consta que tenham protestado contra o Plano de Carreira dos funcionários, apresentado como um dos principais vilões do “rombo financeiro” da universidade, mas aprovado no Conselho Universitário, em 2011, sem votos contrários dos hoje reitor e vice-reitor.

Porém, paternidade e responsabilidades à parte, desde logo evidenciou-se que a própria crise era passível de discussão, pois o Orçamento de 2014 projetado pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) continha uma rubrica destinada ao reajuste salarial que viesse a ser concedido pelo Conselho de Reitores das Universidades Públicas Estaduais (Cruesp), na qual foram alocados R\$ 128 milhões, bem como assinalava receitas

que poderiam suportar esse gasto, tais como a remuneração financeira dos recursos mantidos pela USP em instituições bancárias, estimada em R\$ 195 milhões.

Alardeou-se que J.G. Rodas torrou R\$ 1,65 bilhão das reservas da instituição em 2013; e que, como os repasses mensais em 2014 eram inferiores às despesas, os R\$ 2,65 bilhões disponíveis no início de janeiro esgotar-se-iam rapidamente ao longo do ano. Mesmo assim, o Orçamento elaborado pela COP destinava nada menos do que R\$ 609 milhões para as rubricas “restos a pagar” (R\$ 417 milhões) e “obras em andamento” (R\$ 192 milhões), sem especificar do que se tratava. Portanto, havia muitas discrepâncias no discurso da Reitoria.

A USP necessita, sim, de maiores receitas públicas para manter-se, pois a expansão que levou a cabo nas últimas décadas não recebeu a devida contrapartida no financiamento recebido do governo estadual — situação que se repete nas suas congêneres Unesp e Unicamp e que, ao final da greve, seria cabalmente reconhecida pelo Cruesp. Os 9,57% da Quota-Parte Estadual do ICMS, repassados anualmente, são insuficientes para manter as três universidades públicas estaduais, que desde a virada do milênio vêm ampliando o número de cursos oferecidos, unidades de ensino, programas de pós-graduação, alunos matriculados e formados. A USP, particularmente, criou o *campus* da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e incorporou os dois *campi* da antiga Faenquil (hoje Escola de Engenharia de Lorena,

EEL), além de inaugurar diversas unidades e cursos em Ribeirão Preto. Há uma tendência a um crescente comprometimento com salários nas folhas de pagamento das três universidades, como apontado pelo movimento sindical desde 1995, mas não acima dos 100% no acumulado ao longo dos anos, como prega a Reitoria.

Porém, como visto acima, a USP dispunha de verbas suficientes para realizar, na data-base, o reajuste salarial de seus docentes e funcionários, de modo a cobrir a inflação do período anterior. Além disso, embora Unesp e Unicamp também enfrentassem dificuldades financeiras, nem por isso suas respectivas reitorias cogitavam congelar salários. Acabaram embarcando na canoa do arrocho salarial — no caso, reajuste zero, literalmente — por pressão do reitor M.A. Zago, interessado em resolver os problemas de caixa da USP sem confrontar o governo estadual, às custas unicamente da força de trabalho da universidade. O reitor Tadeu Jorge, da Unicamp, desde o início defendeu frente a seus pares do Cruesp o reajuste pela inflação (5%), desistindo, todavia, diante da irreduzibilidade da USP. (Em 31 de julho, após dois meses de greve, a Unicamp concederia aos seus docentes abono de 21%, aplicado sobre o salário de julho.)

Aos poucos, à medida que chegavam novas informações, a Adusp e o Fórum das Seis (a articulação que reúne os sindicatos de docentes e os de funcionários das três universida-



Anderson Barbosa

M.A. Zago e V. Agopyan em reunião (30/7/14)

des públicas estaduais) construíram um diagnóstico bastante preciso da situação que se criara, e passaram a desmontar o discurso oficial de suposta impossibilidade de reajuste salarial. Ao mesmo tempo, reiteravam a reivindicação, antiga de muitos anos, de ampliação dos repasses de ICMS para o sistema estadual de ensino superior — incluindo-se aí o Centro Paula Souza, condenado pelos governos tucanos a um perverso subfinanciamento. Consolidada com as estatísticas da expansão, disponíveis nos anuários das três instituições, essa argumentação tornou-se irrefutável, até mesmo para os deputados da base do governador Geraldo Alckmin (PSDB) na Assembleia Legislativa (Alesp).

Na USP, a greve foi desigual, difícil, problemática. Um movimento que arrancou forças tanto da formidável disposição de luta dos funcionários liderados por seu sindicato, sem a qual não se chegaria à vitória conjunta, quanto da indignação persistente de uma pequena, porém obstinada parcela de docentes que percebeu o quanto estava em jogo na disputa: bem mais do que os sa-

lários, o próprio futuro da universidade. A vocação liberticida dos novos gestores impressionou até mesmo as mais experientes lideranças sindicais dos docentes: “O processo que chegou a ser referido como ‘a rebelião dos diretores’, que conduziu ao esquema de transição nos marcos da reunião do Conselho Universitário de 1º de outubro de 2013 [na qual foram aprovadas

mudanças cosméticas no processo eleitoral de reitor(a)], supostamente para nos salvar da perspectiva de continuidade da descontrolada gestão anterior, acabou por definir um amplo espectro de apoios para uma candidatura que, como todos podem constatar, nos outorgou antes um *tirano* do que um reitor”, deplorou o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, ao apresentar palestra da professora Marilena Chauí (<http://goo.gl/ghGPek>).

Os ataques da Reitoria aos trabalhadores em greve deram-se no plano material — o corte de ponto dos funcionários técnico-administrativos, anunciado em 21 de julho e efetivado em 4 de agosto, seguido de um inédito pedido de abertura de dissídio no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2) — e no plano simbólico, a exemplo dos comentários depreciativos de M.A. Zago sobre a “universidade de servidores”, bem como as críticas que dirigiu ao RDIDP (por ele chamado de “jabuticaba brasileira” [sic], como se houvesse jabuticaba sueca, ou chinesa) e à “acomodação” dos pesquisadores acadêmicos, críticas



*Aula pública
na Praça da Sé,
em 18/6*



Arraial da Greve
na entrada da Reitoria
tenta entregar "chave
da negociação" ao reitor

Fotos: Daniel Garcia



Aula magna
com a professora
Marilena Chavi
lota auditório
da FAU em 4/8



Docentes e funcionários comemoram votação no Co que concede abono de 28,5%

que atingiram o conjunto da categoria docente. Como arma destinada a intimidar ou desmoralizar, porém, resultaram em redondo fracasso, em geral obtendo resultados contrários aos pretendidos.

A tentativa de judicialização do movimento, em especial, tornou-se particularmente fatídica para a Reitoria. Os desembargadores e juízes do TRT-2, assim como o Ministério Público do Trabalho, aplicaram à gestão de M.A.Zago e V. Agopyan uma memorável “sova” em matéria de Direito do Trabalho, refutando e desmontando todas as teses casuísticas com que a Procuradoria Geral da USP procurou justificar o corte de ponto e o pedido de decretação de ilegalidade do movimento grevista, tendo como único réu o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp).

Em 1º de setembro, o TRT-2 mandou a USP devolver, em 48 horas, os salários de julho, confiscados por ela aos trabalhadores em greve. Desesperada, a Reitoria decidiu recorrer diretamente ao STF, valendo-se de um instrumento jurídico muito especial: a Reclamação. O resultado foi novo desastre

A primeira lição dada aos prepos- tos da Reitoria foi a de que é ilegal o

corte de ponto, em dissídio, quando não expressamente autorizado pelo Tribunal. A relatora, juíza Fernanda Oliva Cobra Valdívia, ordenou à USP que se abstivesse de “praticar novos descontos de salários”, e considerou que a atitude de “promover tais descontos e, ainda, acenar com a possibilidade de novos, configura prática antissindical, negando o próprio direito de greve de seus empregados”. A instituição, entendeu a juíza, feriu a Lei 7.783/89, “praticando ato para constranger seus funcionários ao retorno ao trabalho”.

Quanto à ilegalidade, o Tribunal considerou que o Sintusp estava cumprindo o acordo de garantir a presença de 30% do quadro de funcionários no Hospital Universitário, o único serviço essencial em jogo. Depois, na medida em que a USP não apresentava propostas concretas na mesa de negociação, os desembargadores começaram a se impacientar. Por mais de uma vez, os negociadores do Sintusp tiveram de conter o riso diante das duras reprimendas sofridas pelos representantes da Reitoria.

Em 1º de setembro, o TRT-2 mandou a Reitoria devolver, em 48 horas, os salários de julho, confiscados por ela aos trabalhadores em greve. Desesperada, a administração decidiu recorrer diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF), valendo-se de um instrumento jurídico muito especial: a Reclamação. O resultado foi um novo desastre. O decano do STF, ministro Celso de Mello, simplesmente indeferiu a dita Reclamação, por entender que esse instrumento não é “sucédâneo recursal” e não permite que, “a

pretexto de assegurar a autoridade dos julgamentos do STF nos Mandados de Injunção 670, 708 e 712 (que versam sobre a aplicação da legislação de greve aos servidores públicos), se busque corrigir, como pretendia a USP, a interpretação que a Justiça do Trabalho tenha dado à Lei 7.783/89, que trata dos direitos de greve”, conforme relatou o *Informativo Adusp* 389.

Em resumo, a Reitoria teve de pagar os salários de julho que havia confiscado, e foi obrigada a abandonar a ideia de repetir a dose com os salários de agosto. Pior ainda: sua bancada precisou ouvir, no Tribunal, nova admoestação do desembargador Davi Meireles, que ironizou a frustrada escapada ao STF. Meireles também censuraria o professor Rudinei Toneto, titular da Coordenação de Administração Geral (Codage), porque, na visão do TRT-2, a USP protelou o acordo que permitiria encerrar a greve, ao transferir para uma sessão do Conselho Universitário realizada em 16 de setembro a decisão sobre conceder ou não um abono de 28,6% proposto pelo Tribunal e já aceito, pelos funcionários, em assembleia, dias antes.

O plano original anunciado pelo reitor da USP (e seus pares do Cruesp), ao decretarem unilateralmente o reajuste zero, era conceder o reajuste de 2014 apenas em setembro, o que acabou ocorrendo. Mas a Reitoria certamente não contava com a iniciativa do TRT-2 de propor o pagamento de um abono, de modo a complementar o reajuste de 5,2%, em duas parcelas, que o Cruesp veio a propor ao Fórum das Seis em 3 de setembro. O abono de



Assembleia no auditório da Faculdade de Educação

28,6% proposto pelo Tribunal, e logo incorporado à pauta de reivindicações encaminhadas aos reitores, impediu que as categorias em luta tivessem seus salários corroídos pelas perdas inflacionárias acumuladas desde maio.

Em mais um faz de conta, o colegiado de reitores, em nova negociação realizada em 9 de setembro, remeteu a questão do abono para “negociações em separado” a serem conduzidas por cada uma das universidades. O fato político, porém, estava dado e mostrou-se irreversível. No dia seguinte, a Unesp concedeu o abono, e a Unicamp (que, recorde-se, havia tomado essa iniciativa já no mês de julho) complementou o abono já concedido aos docentes e o estendeu aos funcionários técnico-administrativos. No dia 16/9, quando a Reitoria da USP já se encontrava totalmente isolada do ponto de vista político, o Conselho Universitário finalmente aprovou o abono, por 64 votos a 33, com duas abstenções.

Em ambos os casos, HU e HRAC, nada saiu como anunciado pela Reitoria.

O governo estadual, talvez sensibilizado por tantas reações negativas à desvinculação tanto em Bauru como na Capital, negou que tivesse interesse na gestão dos hospitais

Paralelamente à disputa judicial e econômica, M.A.Zago e V. Agopyan procuraram deslanchar seu pacote de medidas de desmonte da USP tal como a conhecemos. Seus únicos êxitos no decorrer da greve, a rigor, foram a aprovação, pelo Conselho Universitário, da proposta de desvinculação do Hospital de

Reabilitação de Anomalias Cranio-Faciais de Bauru (HRAC, ou “Centrinho”) da condição de “órgão complementar”, em 26 de agosto; e a aprovação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), em 2 de setembro. Porém, logo se descobriu que a desvinculação do HRAC, aprovada por 63 votos a 27, com 16 abstenções, desrespeitou o quórum qualificado necessário para tal medida (previsto no artigo 16, inciso 13, do Estatuto) de dois terços do Conselho Universitário — ou 77 membros, dos 122 que compõem o colegiado. Petição da Adusp para que a desvinculação do HRAC seja anulada foi encaminhada em 29 de setembro à Secretaria-Geral da USP, esperando-se que fosse apreciada na primeira reunião do ano do Conselho Universitário, a realizar-se em março de 2015. Vinte e seis conselheiros (21% do total de membros, acima do índice de 20% estipulado pelo regimento) subcreveram pedido de inclusão dessa matéria na pauta dessa reunião.



Daniel Garcia

Protesto contra o reitor em audiência na Alesp (17/9/14)

Ao menos num primeiro momento, a Reitoria precisou abrir mão de sua tentativa de desvincular da USP o Hospital Universitário (HU), dada a forte mobilização das equipes médicas, a resistência dos sindicatos, dos representantes da população nos conselhos distrital e municipal de saúde e até da Faculdade de Medicina e da Escola de Enfermagem, unidades que dependem fortemente do hospital para o aprendizado de seus alunos. Restou à Reitoria, assim, criar uma comissão para “estudar a proposta”. Em ambos os casos, HU e HRAC, nada saiu como anunciado pela Reitoria. O governo estadual, talvez sensibilizado por tantas reações negativas à desvinculação tanto em Bauru como na Capital, negou que tivesse interesse na gestão dos hospitais, disse não ter sido procurado para tratar do assunto, e abandonou o reitor na sua sanha desvinculatória. Em 11 de setembro, para que não restassem dúvidas, o governador declarou a um grupo formado por profissionais do HU, sindicalistas e militantes da saúde: “Nem o HU nem o HRAC serão assumidos pelo

Estado, isto está fora de cogitação” (<http://goo.gl/Nlax3D>).

Diante das dificuldades, o caminho encontrado pela Reitoria para livrar-se do HU parece ser o do desmanche. O PIDV, que a Reitoria começa a implantar embora o número de adesões tenha ficado abaixo da meta inicial, vai desfalar setores inteiros do funcionalismo da Universidade, devendo causar pesadas baixas ao hospital. Em janeiro de 2015, a Reitoria comunicou a adesão ao programa de 1.472 funcionários, dos quais 209 lotados no HU (<http://goo.gl/ddCjNu>). Desde que o plano foi anunciado, a Reitoria vem rebaixando suas próprias metas e critérios. O público-alvo, “formado por cerca de 2.800 servidores celetistas, com idade entre 55 e 67 anos e com, pelo menos, vinte anos de trabalho na USP” segundo a primeira versão do PIDV, foi reduzido a apenas 1.700 quando da votação e aprovação do programa no Conselho Universitário, em sessão conduzida *manu militari* por M.A. Zago. “Não há restrições quanto ao tempo de trabalho”, informaria a Codage em novembro (<http://goo.gl/eVvqfW>).

No que toca aos docentes, a greve trouxe uma novidade organizativa: uma ampla Comissão de Mobilização, constituída por docentes de diversas unidades, responsável por uma série de atividades culturais e agitativas, como o Forró da Greve, o show SOS USP e um ciclo de debates. Por outro lado, evidenciou-se a soberania das assembleias e sua centralidade para a organização do movimento, que se manteve mesmo no período de férias. Houve assembleias tensas, crispadas, exaustivas. Houve assembleias emocionantes, como a de 7 de agosto, em que foi relatado um aumento das mobilizações setoriais e anunciada a libertação dos ativistas Fábio Hideki Hirano e Rafael Lusvarghi; e a de 18 de setembro, que decidiu pela volta ao trabalho no dia 22.

Docentes e funcionários técnico-administrativos venceram a primeira e duríssima batalha, mas outras certamente virão ao longo do atual mandarato. Afinal, como sugeriu o professor Francisco Miraglia, diretor da Adusp, o plano da atual gestão da Reitoria “não é neoliberal, é neocolonial: submeter professores, funcionários e estudantes à escravidão”.